

• Política

CONGRESSO CONSTITUINTE

Aliança fecha acordo sobre regimento e discute hoje como votar

por Francisca Stella Fogó
de Brasília

As 11 horas da manhã de hoje, os líderes partidários encontram-se para decidir como será executado na prática do plenário o acordo sobre o regimento interno da Constituinte fechado ontem entre as lideranças do PMDB, PFL, PTB, PDS e PCB. Quatro partidos, PT, PDT, PC do B e PSB, recusaram-se a aceitar a fórmula do acordo, por entender que ela compromete a soberania da Constituinte.

A soberania, a questão mais polêmica desde o início das discussões sobre o regimento interno, é, pelos termos do acordo, disciplinada por um dispositivo cujo texto resulta parte da emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), e parte do texto do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Pelo texto, os projetos de decisão destinam-se a "sofrestar medidas que possam afetar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte". Ou seja: a soberania da Constituinte será exercida como reação a alguma ameaça aos seus trabalhos. Os quatro partidos que se recusaram a fazer o acordo pretendem que a soberania se exerça ativamente. A seu critério, a Constituinte poderia revogar dispositivos autoritários da Constituição vigente. "Não vamos esperar as tropas invadirem o Congresso para reagir", argumenta o líder do PC do B, Aldo Arantes.

O acordo de ontem superou também os desentendimentos entre o PMDB, o PFL e o PDS sobre o funcionamento da Câmara e do Senado. A Câmara funcionará em sessões ordinárias às segundas-feiras e, extraordinariamente, por convocação do seu presidente, para apreciar questões "relevantes".

O Senado, pelo acordo, seguiria procedimento semelhante ao da Câmara, desde que vencidas as resistências de senadores do PFL e do PDS, que até o início da noite de ontem não haviam ainda apoiado a fórmula.

Vencidos na reunião de ontem, os líderes dos quatro partidos contrários aos termos do acordo marcaram uma reunião para as 10 horas de hoje com o objetivo de definir a sua estratégia na votação do regimento. Eles querem tirar uma posição comum sobre como encaminhar ao plenário propostas alternativas às fórmulas do acordo. E pretendem que, embora vencidos, fique marcada a posição de cada constituinte, pró ou contra a soberania. Por isso, pedirão votação nominal dos itens mais polêmicos do regimento.

Na reunião que convocaram para as 11 horas, as lideranças do PMDB pretendem encontrar um meio de impedir que os destaques dos partidos discordantes não façam perdurar indefinidamente a votação do regimento. Há 120 destaques apresentados por constituintes de todo os partidos. São iniciativas individuais dos constituintes que não podem ser retiradas por decisões dos partidos.

Na avaliação do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos integrantes do chamado grupo pró-soberania, a fórmula do acordo é na prática até mais abrangente que a fórmula inicialmente incluída no substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso.

A fórmula original deixava o caminho aberto para a Constituinte alterar a Constituição em vigor. A fórmula do acordo, explica Jobim, alcança os fatos, não as normas jurídicas. Os fatos, conforme a sua análise, são dinâmicos e podem decorrer de uma infinidade de normas jurídicas. E as normas são estáticas. Suprimir uma norma pode não afastar a ameaça que, em tese, ela representa.

Para o deputado Maurílio Ferreira Lima, também integrante do grupo, o PMDB recuou. Não tendo conseguido aprovar a proposta original, mais ampla, teve de negociar uma mais amena. Para Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, não houve recuo. Houve apenas negociação que tornou vitoriosa no acordo uma proposta elaborada pelo próprio PMDB.

Senado decide hoje se funciona só às segundas

por Zanoni Antunes
de Brasília

Os senadores votam hoje, pela manhã, em sessão extraordinária, projeto de resolução que estabelece normas para o funcionamento do Senado Federal durante os trabalhos da Assembléia Constituinte. Através de um acordo entre as lideranças partidárias, ficou estabelecido o funcionamento do plenário às segundas-feiras e convocação extraordinária, caso necessário, pelo presidente, por ofício, ou por um terço dos senadores.

O líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, disse que o projeto de resolução a ser votado hoje, às 10 horas, em plenário, tem como objetivo adaptar o regimento interno do Senado com o funcionamento da Constituinte. Segundo o líder, o acordo assinado entre o seu partido, o PFL e o PDS, não teve um entendimento pacífico com relação ao funcionamento das comissões permanentes.

De acordo com o que estabelece o projeto de resolução, as comissões permanentes não serão instala-

das, mas admite que essa decisão poderá vir a ser deliberada em plenário. Enquanto isso, os relatores serão designados pelo presidente do Senado e seus pareceres serão proferidos oralmente, em plenário.

A partir da aprovação do projeto de resolução, as sessões ordinárias do Senado serão realizadas todas as segundas-feiras, das 14 às 18 horas. A exemplo da Câmara dos Deputados, o Senado escolheu as segundas-feiras para funcionar por não haver sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

Além das sessões ordinárias, o Senado Federal poderá convocar sessões extraordinárias, para tratar de assuntos de alta relevância, em horário que não coincida com as sessões plenárias da Constituinte. As comissões parlamentares de inquérito não estão vedadas e continuam vigorando no regimento interno do Senado.

O senador Jamil Haddad, do PSB do Rio de Janeiro, por exemplo, pretende entrar com um pedido de instalação de uma CPI para apurar a dívida externa brasileira.

ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
076